

“O QUE O ESTADO PRECISA FAZER POR NÓS, QUILOMBOLAS, NESTA PANDEMIA, É PARAR DE TENTAR NOS MATAR”:

racismo e rodovia/BR 135, Território quilombola Santa Rosa dos Pretos
(Itapecuru-Mirim/MA)

“WHAT THE STATE NEEDS TO DO FOR US, QUILOMBOLAS, IN THIS PANDEMIA, IS TO STOP TRYING TO KILL US”:

racism and highway / BR 135, Territory quilombola Santa Rosa dos Pretos
(Itapecuru-Mirim/MA)

“LO QUE NECESITA HACER EL ESTADO POR NOSOTROS, QUILOMBOLAS, EN ESTA PANDEMIA, ES DEJAR DE TRATAR DE MATARNOS”:

racismo y carretera / BR 135, Santa Rosa dos Pretos territorio quilombola
(Itapecuru-Mirim/MA)

Dayanne da Silva Santos

Doutoranda do programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS; membro Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA/UFMA) - lavignedayanne@gmail.com

Recebido em: 28/01/2021

Aceito para publicação: 10/02/2021

Resumo

O contexto é o projeto de duplicação da rodovia/BR 135 em plena pandemia mundial sobre territórios quilombolas no estado do Maranhão desde 2017. “O que o estado precisa fazer por nós, quilombolas, nesta pandemia, é parar de tentar nos matar, como fazem agora com a possibilidade de retomada das obras de duplicação da BR 135”. Neste artigo, o foco são as narrativas, elas revelam como lideranças quilombolas estão lendo racismo, margens e produzindo resistências. Partimos da escuta etnográfica e de entrevistas não estruturadas de lideranças do território quilombola Santa Rosa dos Pretos, localizado no município de Itapecuru-Mirim/MA para mostrar que mesmo diante de um cenário de pandemia mundial provocada pela Covid 19, os projetos desenvolvimentistas seguem avançando. Assim, se morre pela não titulação, pelo Covid e pela rodovia. A duplicação da rodovia 135 em plena pandemia mundial é a continuidade da colonialidade por outros meios. O covid 19 provoca a morte física, os empreendimentos a morte: física, psíquica e social.

Palavras – chave: Violências, Desenvolvimento, Quilombos, Resistências.

Abstract

The context is the project to duplicate the highway / BR 135 in the middle of a worldwide pandemic on quilombola territories in the state of Maranhão since 2017. “What the state needs to do for us, quilombolas, in this pandemic, is to stop trying to kill us, as they do now with the possibility of resuming the duplication works on BR 135”. In this article, the focus is on narratives, they reveal how quilombola leaders are reading racism, margins and producing resistance. We start from the ethnographic listening and unstructured interviews of leaders from the quilombola territory Santa Rosa dos Pretos, located in the municipality of Itapecuru-Mirim / MA to show that even in the face of a world pandemic scenario caused by Covid 19, development projects continue to advance. Thus, one dies for the lack of title, for Covid and for the highway. The duplication of

Highway 135 in the midst of a global pandemic is the continuity of coloniality by other means. Covid 19 causes physical death, ventures to death: physical, psychic and social.

Keywords: Violence, Development, Quilombos, Resistances.

Resumen

El contexto es el proyecto de duplicar la carretera / BR 135 en medio de una pandemia mundial en territorios quilombolas en el estado de Maranhão desde 2017. “Lo que el estado necesita hacer por nosotros, quilombolas, en esta pandemia, es dejar de intentar para matarnos, como hacen ahora con la posibilidad de reanudar los trabajos de duplicación en la BR 135 ”. En este artículo, el enfoque está en las narrativas, revelan cómo los líderes quilombolas están leyendo el racismo, los márgenes y produciendo resistencia. Partimos de la escucha etnográfica y entrevistas no estructuradas de líderes del territorio quilombola Santa Rosa dos Pretos, ubicado en el municipio de Itapecuru-Mirim / MA para mostrar que aún ante un escenario de pandemia mundial provocado por Covid 19, los proyectos de desarrollo continúan. para avanzar. Así, se muere por la falta de título, por Covid y por la carretera. La duplicación de la carretera 135 en medio de una pandemia global es la continuidad de la colonialidad por otros medios. Covid 19 causa muerte física, aventura a la muerte: física, psíquica y social.

Palabras clave: Violencia, Desarrollo, Quilombos, Resistencias.

Introdução: entre as margens

A articulação entre morte e valor das vidas vem desde o tempo colonial. A expansão do mercado pelo sistema capitalista é a possibilidade de produzir mortes tendo em raça o princípio/meio do poder fixar limites de circulação e estabelecer fronteiras (MBEMBE, 2016; FOUCAULT, 2005). A raça é em muitos momentos a justificativa para o *modus operandi* do racismo a brasileira em meio à ideologia do “mito da democracia racial”.

A produção das relações sociais no Brasil se dá na possibilidade de fixar limites de circulação e estabelecer fronteiras de normatização das vidas, no qual, os grupos deslocados para a posição de minorias estão diariamente sob o julgo do Estado supremacista branco. Nesse sentido, a morte em massa passa a ser a ordem e não a exceção, ou seja, é a forma “racional” de fixar limites e de produzir poder sobre as vidas da população como um todo. Negar esses limites e fronteiras em um cenário de guerra autoriza a inter-relação da opressão que envolve raça, classe e gênero, além de permitir que dispositivos de morte funcionem com maior facilidade para a produção da modernidade.

Nesse contexto, o poder estatal implica o processo de suspensão/negação de direitos básicos na ordem jurídica, mesmo que a lei permaneça em vigor. A possibilidade de matar está na inclusão pela exclusão (MBEMBE, 2016) essas são formas modernas de exploração contemporâneas do homem e da natureza que afligem territórios e corpos de povos e comunidades tradicionais no país (Brasil). Nesse novo ordenamento social o controle se da pela regulamentação da vida (FOUCAULT, 2005) com o governo da população em nome da segurança do conjunto (Nação).

A Nação brasileira foi forjada sob a ideologia de uma harmonia racial, que autorizou diversas ações de violência para que o país pudesse se estabelecer como independente dos demais países e fixar fronteiras, visando uma identificação como “povo”, o povo brasileiro. A maior parte da população composta por escravizados (ex-escravos), indígenas e imigrantes foi obrigada a se abrigar, e por longos períodos os protagonismos de povos não brancos foram ora rebaixados, criminalizados ou silenciados.

Atualmente a luta cotidiana dos povos tradicionais por territórios livres de cercas e de grandes empreendimentos (projetos de desenvolvimento econômico) ainda é atravessada por essas ideologias do passado que povoam as instituições responsáveis pelo reconhecimento e titulação de povos não brancos no Brasil. O reconhecimento se dá sob processos e gestos de desqualificação conectados com a divulgação e usos de estereótipos de controle, que dentre tantas coisas, atualiza o lugar do “outro”, dos povos não brancos como inferiores.

Entender a realidade social dos povos e comunidades tradicionais como protagonistas nos permite ampliar e tensionar a forma como a precarização da vida é possível (BUTLER, 2015; MBEMBE, 2016) em pleno contexto de pandemia (Covid 19), no século XXI.

Nesse sentido, quando tomamos para debate o caso do território quilombola Santa Rosa dos Pretos¹ acreditamos, que a escuta das experiências de resistência para permanecer no território amplificam o debate sobre proteção da natureza diante de conflitos ambientais. A luta pela manutenção do território (matas, rios, mar, florestas, animais e etc..) envolve um ato de justiça social. As ações e significados políticos da luta costumam futuros não apenas para esse grupo, mas para o país como um todo.

Nesse contexto, compartilharemos aqui uma parte de mais de seis anos de escuta e acompanhamento de um território quilombola localizado no interior do Maranhão. Desde 2013 faço parte da equipe de pesquisadoras/es do Grupo de Estudos Desenvolvimento,

¹ O território é composto por 20 quilombos e por uma grande e rica rede de parentesco que são marcados pelos casamentos e apadrinhamentos. Também uma categoria de luta fruto do processo de afirmação e valorização de uma identidade negra que tem como fortaleza a luta dos mais velhos (guardiões) e a inspiração das ancestralidades. Santa Rosa dos Pretos é também uma categoria que vem se reconfigurando e faz parte do reconhecimento dos negros que foram escravizados pelos Belfort, senhores de engenhos, mas, que continuaram, reexistiram às chibatadas e maus tratos e hoje estão reexistindo à modernidade/colonialidade. Aquelas famílias que descendem dos escravizados e que não têm o sobrenome de “Belfort” é porque se reconheceram enquanto grau familiar, filhos de escravizados, que foram arrancados da África e tinham o sobrenome de Pires e não do Barão, como é o caso da família de seu Libânio Pires (pai de dona Anacleto e avô de Zica), importante liderança na comunidade e um dos nossos principais interlocutores na pesquisa” (SANTOS, 2019, p. 23).

Modernidade e Meio Ambiente² (GEDMMA/UFMA) as atividades de pesquisa, ensino e extensão em mais de 30 comunidades tradicionais no estado do Maranhão permitiram entendimentos mais abrangentes sobre território, identidade, desenvolvimento, comunidades, que tecem relações sociais por meio de epistemologias outras centradas nas cosmovisões afro-brasileiras (ANJOS, 2008).

Trataremos especificamente da luta de lideranças do território quilombola Santa Rosa dos Pretos contra a duplicação da rodovia/BR 135 que ameaça diretamente mais de 345 famílias e áreas sagradas como a igreja do Divino Espírito Santo e o terreiro de Tambor de Mina, Tenda Nossa Senhora dos Navegantes, chefiado por mãe Severina³.

Itapecuru-Mirim é um município brasileiro que fica localizado no interior do Estado do Maranhão, situa-se na região centro oeste maranhense e na microrregião do rio Itapecuru. No ano de 2016 segundo censo do IBGE a população foi estimada de 67.104 habitantes. Desde meados do século XIX, famílias negras escravizadas foram incorporadas à produção, principalmente, de algodão, arroz e do bicho da seda em fazendas escravistas. As terras onde se concentrava o centro de lavoura da fazenda em sua maioria foram deixadas em testamentos aos escravizados e seus descendentes que poderiam viver e roçar sem ônus, mas sem vender ou alugar. Após a morte de sua esposa, o Barão teve um filho com uma exescravizada, América Henriques Belfort, Américo Henrique Belfort o qual reconheceu oficialmente também em seu testamento, datado de 1898, doando as terras:

Essa versão de uma doação é contestada por algumas lideranças do território, entre elas, Anacleto, que entende não ser adequada empregar a palavra doação, a qual

²O Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (Gedmma) da Universidade Federal do Maranhão é o mais novo filiado do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso). Aprovado no 98º Período de Sessões da entidade, o grupo se torna o mais novo Centro Membro Permanente do Conselho, algo inédito no Estado do Maranhão. E desde 2005 vem atuando com pesquisa, ensino e extensões junto a áreas de povos e comunidades tradicionais afetados por empreendimentos, seus pesquisadores assumem em grande maioria a posição de ativistas e são também negros, quilombolas e originários. Mais informações em: < <https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=53601> >; < <https://www.youtube.com/channel/UCfzHhsQp-5C90W9reVubswg>>. Acesso em: 30/07/2020. É importante destaca que foi por meio do GEDMMA que em 2014 conheci o território quilombola de Santa Rosa dos Pretos, no qual venho escrevendo juntos com as lideranças Tcc (artigos, ensaios), dissertação e agora tese. Esses materiais servem de ferramenta de visibilidade na luta pelo processo de regularização fundiária do território.

³ Sobre como os encantados (entidades do Tambor de Mina) lutam junto com as pessoas pelo território ler: SANTOS, Dayanne da Silva. **NÃO SE PODE ENTRAR EM TERRA DE ENCANTADO SEM PERMISSÃO**: um estudo sobre a relação entre pessoas e encantados na luta pelo território quilombola Santa Rosa dos Pretos (Itapecuru-Mirim/MA). São Luís/MA, UFMA, 2019 Dissertação do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da UFMA.

atribui ao campo da afetividade, o que se relaciona com subjugação. Ademais, complementa que houve trabalho naquela terra, mesmo que forçado pelo sistema escravista, o que por si só já garantiria o direito à mesma (SILVA, 2018. p. 43).

O território quilombola Santa Rosa dos Pretos, pertencia ao antigo senhor de engenho conhecido como o Barão de Santa Rosa⁴ sua fazenda era tão grande que pegava quase a metade do que se entende como sendo o município de Itapecuru-Mirim. Com a decadência das fazendas no final do século XIX, muitas terras foram abandonadas ou doadas para ex-cravizados e um novo processo de territorialização vai caracterizar as chamadas terras de preto no estado (SILVA, 2017). E foi local de execução de Cosme Bento das Chagas, Negro Cosme, um dos líderes da maior revolta popular da História do Maranhão, a Balaiada (1838 – 1841).

No município de Itapecuru-Mirim existem mais de 70 quilombos que estão assim como o território quilombola Santa Rosa dos Pretos sendo expropriado em nome de um ideal de desenvolvimento econômico que vem sendo gestando/implantado desde os anos 1940 em áreas ocupadas pelo povo negro e originário/indígenas. É importante observar que a luta pela permanência no território envolve a luta por identidade, ou seja, por muito tempo a área do território era conhecida como do Barão e desde que se começou nos anos 1950 a luta pela terra por meio dos sindicatos e Comunidades Eclesiais de Base tanto o reconhecimento social e jurídico como quilombo como o próprio nome: “dos Pretos” demarcam a historicidade de conquistas, mas de um processo e de silenciamentos/violências antigas. A identidade quilombola é dinâmica e foi construída na luta pelo território.

Sobre Santa Rosa dos Pretos passam 5 linhas de energia, 3 fazendas, duas ferrovias e uma rodovia que desde 2017 está em duplicação. Em 2015 as lideranças depois de uma ocupação seguida de greve de fome no INCRA⁵/MA conseguem que a então presidenta na época, Dilma Rousseff, assinasse a desapropriação em nome dos quilombolas, mas, estamos em 2020 e nada ainda foi feito, o que autoriza novos fatiamentos/expropriações no território, causando insegurança, adoecimentos e mortes. A expansão dos projetos afeta diretamente a autonomia das famílias locais, por exemplo, a morte de rios e igarapés criar um verdadeiro corredor seco afetando as roças provocando insegurança alimentar.

⁴ Os Belforts eram uma das famílias principais no Maranhão “donos” de grandes porções de terras de foram usadas para o trabalho escravo no país.

⁵ Instituto Nacional de Reconhecimento e Reforma Agrária.

Por meio do engajamento junto ao GEDMMA/UFMA e sempre engajada em pesquisas financiadas por alguma agência de fomento⁶, foi que tive a oportunidade de fazer pesquisas de campo. Estar nas comunidades me proporcionou experiências e aprendizados sobre os conflitos ambientais que fundamenta muita da maturação e compartilhamento das escutas aqui. A escuta seguida de relatos etnográficos foram nossos principais recursos em campo, sendo o método etnográfico múltiplo e complexo. É nessa filosofia que emana das práticas e das relações sociais tecidas no território, que nos arriscamos a produzir teorias das urgências onde as concepções do fazer etnográfico variam (PEIRANO, 2014).

Compartilhamos cosmovisões de lideranças quilombolas diante de projetos de morte. Essas escutas nos possibilitam visualizar na superfície resistências, estas que escapam ao cenário de guerra e criam e recriam futuros com regimes outros de humanidades, de um existir ligado à natureza, que não pode ser vendida, alienada, objetificada ou mercantilizada.

No Brasil boa parte das violências são produzidas com base em relações racializadas, ou seja, o racismo é base para a manutenção de relações de opressões e de não reconhecimento de corpos não brancos (GONZALEZ, 1984), que ainda configuram como os “outros” das relações sociais. Assim, entendendo o território desses grupos como bens coletivos importantes para a existência da pessoa quilombola é que falamos sobre problemas sociais antigos ocasionados em grande parte pela expropriação de terras tradicionalmente ocupadas e pela flexibilização das leis ambientais. As margens são todos esses processos de violência oficializados por aqueles que possuem o privilégio de nomear (HOOKS, 2017) a Nação.

Reincidência de violências: comunidades quilombolas

A condição de vida pelo acesso a categoria “tradicional” no Brasil expõe aqueles que se fazem vivos por meio dela a um conjunto de inteligibilidades que já estão postas pela sociedade atual e dominante. No qual, ser tradicional é, por um lado, está situado em lugares que pelos olhos da sociedade capitalista precisariam de mais investimentos na área principalmente da saúde e da educação (são o tempo todo empobrecidos). Por outro, é uma

⁶ Os trabalhos de campo foram realizados no âmbito do projeto de pesquisa “Mineração, Territórios e Desigualdades Ambientais no Brasil: diversidade sociocultural e luta por direitos” (CNPQ/FAPEMA) e Projetos de Desenvolvimento, Mineração e Comunidades Negras no Maranhão: fronteiras territoriais, lutas sociais e afirmação de direitos (FAPEMA/CNPQ), ambos ligados ao Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA-UFMA).

categoria política jurídica importante que assegura direito e formas diversas de visibilidade diante de extensas zonas de silenciamentos. É uma forma de se agarrar à vida.

A categoria (condição social) tradicional que os povos negros reivindicam questiona as formas de enquadramentos vigentes e marcadas por violências de estado. O corpo produz ontologias diversas para continuar existindo (BUTLER, 2015) mesmo estando exposto a normas asfixiantes de regulação da vida em um cenário de necropolítica. Nesse movimento o corpo fica extremamente vulnerável, ao mesmo tempo, que respira. Um exemplo são as manifestações seguidas de greve de fome.

A greve de fome revela a condição de vidas que ainda não são passíveis de luto. Na medida em que lideranças de povos e comunidades tradicionais precisam ocupar/manifestar nas ruas e instituições do governo para poderem existir oficialmente no seio da sociedade brasileira. Nesse contexto, a resistência está na capacidade de continuar vivo, mesmo diante da possibilidade da morte física, pois a vida para quem faz greve de fome só é possível na medida em que seus territórios são reconhecidos e titulados.

Tomo esse caso em particular da exposição à vida e a morte, pelas inúmeras vezes em que eu tive a oportunidade de ver e ouvir os relatos a respeito do porque em um cenário de ocupação se resolve fazer greve de fome. É a possibilidade de ser visto, e de escuta que a greve de fome revela. Ela só acontece porque em muitas situações as instituições responsáveis pelo reconhecimento dos grupos quilombolas no país dificultam o acesso à “justiça”, engavetam os processos jurídicos ou tornam eles morosos. Assim, é acreditando na possibilidade de serem vistos/ouvidos por parte do Estado, mesmo que parcialmente, que as pessoas expõem o corpo a situações extremas de visibilidades para reivindicar seus territórios, ao mesmo tempo em que denunciam o aumento de assassinatos no campo⁷.

“O número de pessoas que tombam na luta pela terra e por direitos é grande, isso dá um medo danado na gente, falamos com esse medo, mas falamos. Nós precisamos do território hoje para um futuro amanhã” (anotações do caderno de campo em fevereiro de 2018, Anacleto Pires, liderança quilombola). No Brasil os quilombolas são vítimas de

⁷ Mais informações em: < <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2019-06-12/desde-1985-92-das-mortes-no-campo-por-disputa-de-terra-seguem-sem-solucao.html> > Acesso em: 21/07/2020.

violências históricas e sociais, vítimas de um sistema de poder centrado no Ocidente/Europa que permitem diariamente o genocídio⁸ de pessoas negras e originárias no país.

Muitas são as formas de rebaixamento dessas vidas, que possibilitam enquadramentos asfixiantes físicos, psíquicos e morais. Casos exemplares no Brasil foram os assassinatos da deputada Marielle Franco em 2018 no Rio de Janeiro e do jovem negro João Pedro baleado durante uma operação policial em São Gonçalo no Rio de Janeiro em 2020. Nos E.U.A tem o caso de George Floyd, homem negro, e ex-segurança, que morreu após ter o pescoço prensado pelo joelho de um policial, após uma abordagem. Em ambos os casos se faz importante analisar como certas vidas são mais protegidas que outras e como outras vidas estão mais expostas a exposições/condições diversas de morte (BUTLER, 2006; MBEMBE, 2016).

No Maranhão a exposição à morte para muitos grupos se dá pela invasão e passagem do desenvolvimento econômico sobre territórios já ocupados/habitados historicamente pelos povos e comunidades tradicionais. Assim, nos documentos oficiais os territórios configuram como vazios demográficos. Tal definição, “vazios demográficos”, transporta para o fim da fila de humanidades grupos inteiros, com argumentos (estereótipos) amplamente divulgados pelas mídias hegemônicas como: Falsos quilombolas e invasores de áreas de domínio do estado. Este último, usado no processo de duplicação da rodovia/ BR135 no Maranhão desde final de 2017⁹.

Os quilombolas mesmo quando são reconhecidos são objetificados. Mesmo depois do fim formal da escravidão esses grupos não foram integrados nas relações sociais como pessoas participantes da sociedade como um todo e tendo seus direitos respeitados, e essa posição que o negro ocupa vai determinar como ele vai ser tratado na sociedade brasileira.

Nesse contexto de violências o que a duplicação da rodovia anuncia, é o retorno das caravelas (navios negreiros) no século XXI.

⁸ Mais informações em: < <https://www.almapreta.com/editorias/realidade/existe-genocidio-negro-no-brasil> > Acesso em: 21/07/2020.

⁹ Mais informações ver: < <http://mundopreto.com.br/mundo-preto-tem-mais-vida/> > Acesso em: 31/10/2020.

A pandemia, a rodovia e o quilombo

Por que será que se tem “o preconceito de não ter preconceito” e ao mesmo tempo se acha natural que o lugar do negro seja nas favelas, cortiços e alagados? (GONZALÉZ, 1980, p. 238).

É interessante observar como o estado deslegitima a existência dos grupos que existem em áreas lidas como de povos e comunidades tradicionais, e de grande interesse do capital estrangeiro. Os territórios são desvalorizados e depois supervalorizados em transações internacionais para a expansão de lógicas desenvolvimentistas no Brasil.

As formas como os empreendimentos se instalam é reflexo da estrutura colonial, patriarcal e capitalista que impera nas mais variadas instituições e relações sociais e de poder, e sendo este Estado povoado em sua maioria por uma elite branca, as violências são na verdade as formas pelas quais o Estado age rotineiramente para o funcionamento e manutenção do *status quo*, ou seja, elas produzem os oprimidos e autorizam a exploração e discriminação de um número cada vez maior de pessoas.

Os empreendimentos são obras do Estado ou dele em parceria com empresas privadas. As políticas desenvolvimentistas no Maranhão e no Pará começaram a ser implantadas na década de 1960. Sob o signo da melhoria do país, a instalação de infraestruturas e indústrias de base cruzaram os estados, cortando territórios rurais de povos e comunidades tradicionais.

Na década de 1940, um primeiro pico do que mais tarde seria a rodovia/BR 135, até então inexistente, cortaria o estado do Maranhão, transformando intensamente as dinâmicas territoriais e rasgando os tecidos mais comunitários. Um dos principais programas instalados no bojo das transformações desenvolvimentistas na Amazônia Legal, no que diz respeito a relação Pará-Maranhão, foi o Programa Grande Carajás.

Em 1980, foi institucionalizado o Projeto Ferro Carajás com o objetivo de garantir as condições de infraestruturas para a exploração e transporte das jazidas de minério de ferro do sudeste do Pará para o porto em São Luís (MA). As principais atividades do Programa estiveram relacionadas à mineração e a siderurgia, com o objetivo de promover o “desenvolvimento regional”, cujo raio de ação compreenderia boa parte da Amazônia oriental, envolvendo o sudeste do Pará, o norte do Tocantins e o sudoeste do Maranhão. As atividades a ele relacionadas compreendiam as mais variadas formas produtivas, a serem implantadas a

partir de uma ampla rede de infraestrutura, com destaque para a Estrada de Ferro Carajás¹⁰ (EFC) e o complexo portuário de São Luís, constituindo, assim, um sistema *mina-ferrovia-porto*. Além desse sistema, compondo as condições de garantia de efetivação do Programa, foi criada, também, uma extensa malha de rodovias, vários aeroportos e grandes hidrelétricas. (BRUSTOLIN, DOS ANJOS, SANTOS, 2018; SILLVA, 2017; SANT’ANA JÚNIOR, CARDOSO, 2016).

A extensa malha de rodovias e ferrovias ao passar dentro de territórios tradicionais provoca uma série de danos ambientais que colocam em risco a soberania alimentar de grupos locais. Desde os anos de 1940 a rodovia/BR 135 vem criando uma situação de insegurança e indefinição para as famílias dos quilombos. Como é o caso dos sete territórios quilombolas (Cariongo, Pedreiras, Vila Fé em Deus, Santa Rosa dos Pretos, Santa Maria dos Pinheiros, Oiteiro e Joaquim Maria) do trecho que vai de do município de Bacabeira a Miranda do Norte no estado do Maranhão. As lideranças desses quilombos lutam atualmente contra o avanço desenfreado da duplicação da rodovia/BR 135¹¹.

A região de Itapecuru - Mirim constituiu-se numa zona de intensa produção a partir do trabalho escravo, beneficiada pela facilidade de escoamento dos produtos via rio Itapecuru, hoje via Ferrovia Carajás e rodovia. Muitos grupos negros permaneceram sobre as terras no pós-abolição¹². O declínio das fazendas de algodão no Maranhão teria favorecido a emergência de processos de autonomia dos grupos negros e de afirmação territorial.

A partir da década de 1950, uma série de processos sociais de expropriação das terras será enfrentado pelos grupos negros no município de Itapecuru-Mirim/MA. A fragmentação inicial das terras, a partir da disputa com o posseiro abriu espaço para negociações antes inexistentes sobre o território. Instalaram-se fazendeiros de grande porte, como João Rodolfo,

¹⁰ A EFC afeta diretamente mais de 100 comunidades do Pará ao Maranhão, provocando danos muitas das vezes irreversíveis. Nesse processo de violações as comunidades exigem que os processos de *consulta prévia*, relativa à duplicação da Estrada de Ferro Carajás, respeite a autonomia e organização das comunidades quilombolas afetadas. Em 2014 quilombolas ocuparam a EFC e em 2015 o INCRA, dessas ocupações algumas demandas foram atendidas como em 2015 o título de desapropriação em nome de Santa Rosa dos Pretos, embora ainda não executado. Mais informações em: < <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/acoes-dos-movimentos/2268-comunidades-quilombolas-do-maranhao-ocupam-estrada-de-ferro-carajas-em-itapecuru-mirim> > Acesso em: 31/10/2020.

¹¹ Informações disponíveis em: < <http://imirante.com/oestadoma/noticias/2018/01/10/duplicacao-da-br-135-deve-ser-finalizada-em-abril-ate-bacabeira/> > Acesso em: 07 de agosto de 2018.

¹² É importante destacar que a integração do povo negro não só não aconteceu como veio seguido de intensas e violentas propostas de branqueamento da Nação. Como as políticas eugenistas e de mestiçagem, no qual se visava a redução étnica do povo negro por meio da mistura. Um trabalho dentre muitos que abordam a questão é o livro: “O cemitério dos vivos”, do jornalista e escritor negro brasileiro Lima Barreto.

que cercou terras e negou o acesso a áreas importantes para a reprodução do grupo. Muita luta foi empreendida contra os fazendeiros, no entanto, a perda territorial aconteceu. A chegada da rodovia/BR 135 e a nova configuração geoeconômica do Maranhão, relacionada a processos desenvolvimentistas vão aumentar a pressão expropriatória.

Ainda em 1950 os grupos negros foram atravessados pela promessa da ilusão do desenvolvimento, da melhoria na qualidade de vida que vinha junto com a passagem da rodovia/BR135. Passados 70 anos a rodovia veio seguida do aumento considerado da violência, desmatamentos de áreas frutíferas, dificuldade do acesso a água, insegurança, acidentes seguidos de morte na rodovia e assoreamento de igarapés.

Os territórios quilombolas que hoje lutam contra a duplicação da rodovia acabaram se constituindo em lugares de passagem de políticas desenvolvimentistas no qual a morte é o centro da atuação do poder (MBEMBE, 2019; SILVA, 2017). Citamos aqui Santa Rosa dos Pretos, como um dos mais de 70 quilombos que já são afetados direta e indiretamente pela rodovia, atualmente em vias de duplicação.

A duplicação da rodovia da forma como vem sendo feita é a própria expressão do horror/do racismo na contemporaneidade (FANON, 2008; NASCIMENTO, 2016). Para a socióloga Cíndia Brustolin¹³, a rodovia autoriza e amplia uma série de violências sobre grupos negros no estado.

O avanço da BR 135 se dá sem a Consulta Prévia (Convenção 169 da OIT) a ser realizada previamente como deveria, sem os estudos do componente quilombola estarem prontos, sem a conclusão do processo de regularização fundiária do território e não foram avaliados os impactos cumulativos de mais uma obra para o território, que já convive com o passivo de estradas de ferro e linhas de energias que já cortam as terras quilombolas¹⁴”

Na série “O Mundo Preto têm mais vida”, um projeto coletivo jornalístico, que contou com a participação/coordenação das lideranças quilombolas muitas violências são divulgadas de forma a ampliar dos espaços de visibilidades e sensibilizar as pessoas/instituições que atuam na defesa dos direitos humanos para o aumento das violências de estado. O projeto foi vencedor, em 2017, do edital Jornalismo Investigativo e Direitos Humanos, do Fundo Brasil de Direitos Humanos fica destacado que,

¹³ Atualmente professora pelo programa de Ciências Sociais na UFMA e uma das coordenadoras do GEDM-MA/UFMA.

¹⁴ Intervenção feita na live do dia 20 outubro organizada pelo PSOL do Maranhão como tema: Pelo direito ao território: a luta do quilombo Santa Rosa dos Pretos contra a duplicação da BR 135 – disponível na página do Resistência PSOL do Maranhão.

O DNIT também desrespeitou condicionantes destas licenças, entre as quais, a obrigatoriedade de apresentar documento de anuência da Fundação Cultural Palmares (FCP) para a realização das obras em terras de quilombo. A FCP é um dos órgãos federais responsáveis por garantir e implementar direitos dos quilombolas, mas nunca foi consultada pelo DNIT para a confecção do EIA e nem para a busca do documento de anuência. Outra condicionante violada foi a proibição de suprimir vegetação e de realizar obras hidráulicas que afetem cursos d'água naturais. Só no Território Quilombola Santa Maria dos Pinheiros, em Itapecuru-Mirim, dos 12 igarapés existentes, 10 foram canalizados, entupidos ou tiveram seu curso alterado pelo DNIT¹⁵.

É importante destacar que, no Brasil existe um conflito racial que é o tempo todo negado (GONZALES, 1984). Essa negação desse conflito permite a manutenção das desigualdades sociais e dos conflitos ambientais no país como um todo. No livro *Quadros de guerra* a filósofa estadunidense Judith Butler (2015) analisando um contexto diferente do nosso coloca que a “vida precária” resulta de decisões políticas específicas, no qual se percebe os atores sociais agindo sobre enquadramentos variáveis, à medida que se movimentam criam possibilidades de serem vistos. Tendo como ponto de partida a ontologia do corpo que se encontra exposto aos outros, ela fala de uma resistência que é fruto dessa exposição e que permite que a vida seja vivida mesmo com a exposição contínua à morte. E a vida só é vida se ela passa pela possibilidade do luto público, pois o luto é um ato político. O luto revela indignações e interpelar os enquadramentos oficiais.

A filósofa negra brasileira Sueli Carneiro (2003) em seu artigo, *Mulheres em movimento*, pontua que ainda são em sua grande maioria homens e brancos que formulam políticas públicas para a população como um todo. Nessa perspectiva, observamos reflexões feitas de teorias que partem da margem para interpelar as violências de estado imposta a corpos não brancos. A antropóloga Veena Das (2011) no seu artigo, “O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade”, tece reflexões analisando o contexto indiano sobre como o sofrimento social é produzido entre as dobras que a margem permite (legal/ilegal). A experiência do outro é captada pela etnografia do ordinário/cotidiano. Vendo a resistência no campo do cotidiano Veena Das se aproxima de Butler que fala da precariedade ligada as condições materiais de existência: ter onde morar, o que comer, ter acesso a água. Assim, no ato de testemunhar é o corpo que conta toda a história.

¹⁵ Informações disponíveis em: < http://mundopreto.com.br/wp-content/uploads/2018/11/Zine_O_MUNDO_PRETO_TEM_MAIIS_VIDA.pdf > Acesso em: 02/10/2020.

Do entendimento de que no Brasil corpos não brancos, quilombolas estão interpelando o Estado e os empreendimentos com seus próprios corpos, esse lugar marginal de “espição” da vida e de exposição do sofrimento imposto, é onde eles experienciam no cotidiano da luta para permanecer nos quilombos oportunidades para criar propostas de humanidades dentro das suas perspectivas, esses são lugares de testemunho e de enunciação da vida importantes, tendo em vista que o cenário é de guerra.

No final de 2017 quando os tratores chegam ao quilombo (Santa Rosa dos Pretos) derrubando árvores antigas, dona Anacleta, Dalva, Severina, Zica seu Elia, Joécio e outras lideranças usam seus corpos para reivindicar a vida, se posicionam diante da morte (tratores que representam a duplicação da rodovia). Esse posicionamento revela toda uma contradição colonial encoberta até a contemporaneidade e reivindica a direita a escuta prévia, livre e informada. O direito de ser visto/de pertencer à sociedade.

Neste artigo o foco é o cotidiano, ele revela como essas pessoas estão lendo racismo, margens e produzindo resistências. As experiências das lideranças dos quilombos denunciam que mesmo diante de um cenário de pandemia mundial os empreendimentos seguem avançando e com eles as desigualdades sociais. Assim se morre pela não titulação, pela Covid e pela rodovia/BR 135.

A duplicação da rodovia/BR 135 em plena pandemia mundial é a continuidade da colonialidade por outros meios. A Covid 19 provoca a morte física, os empreendimentos a morte: física, psíquica e social.

O isolamento individual durante a pandemia é importante, mas socialmente desigual, e ele não impossibilita que as violências de um “mundo normal” cessem em tempos de grandes crises, na verdade, elas se reproduzem e se expandem. O isolamento social já existe desde tempos coloniais, e em tempos de pandemia escancarou problemas sociais antigos, que rotineiramente ampliam as desigualdades sociais no país. Como a precariedade do acesso a bens básicos: saúde, educação e moradia.

Em um cenário de pandemia provocada pela Covid 19 ainda se autorizam projetos de morte. Na fala do atual ministro do meio ambiente essa é a hora de “passagem da boiada”,

Segundo ele, seria hora de fazer uma “baciada” de mudanças nas regras ligadas à proteção ambiental e à área de agricultura e evitar críticas e processos na Justiça. "Tem uma lista enorme, em todos os ministérios que têm papel regulatório aqui,

para simplificar. Não precisamos de Congresso”, disse o ministro do Meio Ambiente¹⁶.

A “passagem da boiada” responde dentre muitas outras coisas qual luto é possível de ser vivido.

Desde a pandemia estamos acompanhando diversos espaços online de escutas, que foram abertos devido o nosso engajamento no GEDMMA/UFMA onde são tecidas estratégias de como parar o avanço da Covid 19 com o menor número possível de pessoas infectadas.

As redes de cuidados (diversas articulações/ações de apoio as comunidades) entre os grupos negros e originários são ancestrais e ultrapassam os limites precários dos ideais Ocidentais de sustentabilidade e preservação do meio ambiente, em grande maioria pensadas de cima para baixo e que não rompem com o capitalismo. Estamos falando de lógicas distintas de entender e tecer cuidado, que não se resumem somente aos documentos e políticas públicas oficiais, lógicas essas que em contexto de pandemia fazem com que ocorra um movimento maior de retomadas de formas ancestrais de produção de cuidados e afetos. Uma delas é o cultivo e uso de ervas/plantas medicinais por parte dos jovens é devido uma série de fatores estavam se distanciando dessa forma comunitária de cuidar da terra para que ela possa cuidar de ti.

Esses cuidados coletivos fundamentados nas trocas e no entendimento de que a natureza é um meio/uma força importante para assegurar a vida e fundamentam processos de cura e de soberania alimentar, que vinham (são) sendo suprimidos devido ao avanço de empreendimentos em áreas histórica e ancestralmente povoadas por pessoas e outros entes, como os encantados/entidades, os peixes, os animais, as plantas, o rio entre outros, que fazem parte de cosmologias não ocidentais que sustentam tanto corpo como território.

Em épocas de isolamento físico, pois para as comunidades o isolamento social já existe desde 1500, se intensificam políticas de morte com avanço de projetos desenvolvimentistas para o país, no qual na fala das lideranças locais estamos em um cenário de desgoverno e de genocídio autorizado por quem defende que o país é “democrático”, como bem pontuou o Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles em julho de 2020: “quando só se

¹⁶ Informações disponíveis em: < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml> > Acesso em: 21/07/2020.

fala de Covid, é importante ir passando a boiada e mudando o regramento e ir simplificando normas¹⁷”.

Para a liderança quilombola Zica Pires (filha de dona Anacleto),

Nesse sentido, sobreviver à pandemia também tem sido uma luta autônoma: nós mesmos nos organizamos para orientar os jovens e velhos sobre auto-cuidado e cuidado coletivo. Buscamos e conseguimos apoio de aliadas e aliados de outras partes do país, recebemos recursos, compramos 698 cestas básicas e estamos distribuindo a irmãs e irmãos quilombolas de diversos territórios do município que precisam de alimento¹⁸.

Para Zica Pires quando questionada durante a entrevista para a Coluna Opinião em 13 de maio de 2020 sobre o que o estado precisa fazer pelas comunidades, elas responde: “O que o estado precisa fazer por nós, quilombolas, nesta pandemia, é parar de tentar nos matar, como fazem agora com a possibilidade de retomada das obras de duplicação da rodovia/BR 135¹⁹”.

Seriam derrubados comércios familiares, igrejas, terreiro de Tambor de Mina, clube comunitário, casa de farinha, casa de cozinha, além de centenas de árvores frutíferas que servem como fonte de alimento e renda. Algumas dessas árvores são centenárias, como um pequizeiro plantado pelos escravizados de Guiné-Bissau que passaram a habitar Santa Rosa dos Pretos no século 18 e que permanecem hoje no território por meio de seus mais de quatro mil descendentes²⁰ (O mundo preto têm mais vida).

Esse é um pequeno compartilhamento de escutas de como se resiste a pandemia, ao racismo e a rodovia. A escuta e o compartilhamento das múltiplas estratégias de combate a pandemia e ao desenvolvimento fornecem caminhos para a costura de um futuro com o menor número possível de mortes. Em muitos momentos se tem mais medo dos empreendimentos, da sobreposição deles sobre corpos de pessoas não brancas do quê da Covid 19.

Considerações Finais

O Brasil ainda enfrenta uma escravatura, o racismo. Em meio ao nascimento de uma Nação forjada em um sistema de violência, ainda se observa formas antigas de marginalização

¹⁷ Fala disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/07/governo-acelerou-canetadas-sobre-meio-ambiente-durante-a-pandemia.shtml> > Acesso em: 30/07/2020.

¹⁸ Entrevista disponível em: < <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/opiniaio/2020/05/13/maos-pretas-de-onde-vem-a-boa-noticia-em-meio-a-pandemia.htm> > Acesso em: 30/07/2020.

¹⁹ Entrevista disponível em: < <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/opiniaio/2020/05/13/maos-pretas-de-onde-vem-a-boa-noticia-em-meio-a-pandemia.htm> > Acesso em: 30/07/2020.

²⁰ Informações disponíveis em: < http://mundopreto.com.br/wp-content/uploads/2018/11/Zine_O_MUNDO_PRETO_TEM MAIS_VIDA.pdf > Acesso em: 02/10/2020.

de vidas, no caso aqui estudado, de vidas quilombolas em nome de lógicas colônias de modernização que não param mesmo diante de um cenário de pandemia.

A duplicação da rodovia/BR 135 da forma como vem sendo feita faz analogia a própria colonialidade, a morte está inscrita nesse processo. Nesse contexto, se observa um sistema estrutural de opressão onde a necropolítica (MBEMBE, 2019) é a ordem.

A área da rodovia lida como de domínio do Estado recria zonas de mortes para pessoa que já são lidas como minorias e reconhecidas como quilombolas, que implicações isso nos revela? Ler uma área situada dentro de territórios quilombolas já reconhecidos, mas, não titulados, como sendo de “domínio do estado” mostra a suspensão do direito mesmo que a lei permaneça fixa, ou seja, quem deve morrer. O reordenamento do estado exige enquadramentos asfixiantes. Os enquadramentos se operacionalizam tendo como base o racismo e relações racializadas.

O quê a duplicação da rodovia/BR 135 revela é a possibilidade de matar por outros meios com o racismo operando nas políticas de desenvolvimento. Na atual etapa do capitalismo neoliberal, “o Estado pode, por si mesmo, se transformar em uma máquina de guerra” (MBEMBE, 2019, p. 54). Soma-se a esse estágio a violência discursiva/jurídica que envolve o desenvolvimento promovido por empresários, representantes políticos e diversos agentes empresariais e estatais, que ao promoverem políticas desenvolvimentistas colocam em estado de exceção comunidades tradicionais e quilombolas que praticam outras formas de vidas, formas que se relacionam com a natureza como parte importante de suas existências, onde entidades espirituais (os encantados) formam/conformam os corpos e território negros.

Referências Bibliográficas

ANJOS, J. C. O corpo nos rituais de iniciação do Batuque. In: **Corpo e significado, ensaios de antropologia social**. Porto Alegre: EDUFGRS, 2001.

ANJOS, José Carlos Gomes. A filosofia política da religiosidade afro-brasileira como patrimônio cultural africano. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 9, n. 13, p. 77- 96, jan. /jun. 2008. Disponível em: Acesso em: 02/12/2015.

BRUSTOLIN, Cíndia; DOS ANJOS, José Carlos Gomes; SANTOS, Dayanne da Silva. Um corredor para exportações: o território de Santa Rosa dos Pretos nas v(e)ias abertas da mineração. SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino; BRUSTOLIN, Cíndia. (Orgs.) **Desenvolvimento em questão: projetos desenvolvimentistas, resistências e conflitos socioambientais**. São Luís: EDUFMA, 2018.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?** Civilização Brasileira, 2015. [Introdução e capítulo 1].

BUTLER, Judith. **Vida precária: el poder del duelo y la violencia.** Buenos Aires: Paidós, 2006. [Prefácio e capítulos 2 e 3: pp 13-23; pp. 45-78; 79-132.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados** 17 (49), p. 117 – 132, 2003.

CASTRO, Edna. **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais.** São Paulo: Annablume, 2016. P. 181-201.

DAS, Veeana. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. **Cadernos pagu** (37), julho-dezembro de 2011: 9-41.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In. SACHS, Wolfgang (Editor). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 59-83.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas. Tradução de Renato da Silveira.** Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 2005. [Aula de 21 de janeiro de 1976; Aula de 28 de janeiro de 1976; Aula de 17 de março de 1976: pp 49-74; pp 75-98; pp 285-316.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs**, p. 223 – 244, 1984.

hooks, bell. **Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade.** Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte.** São Paulo: N-1 edições, 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** Arte & Ensaios: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32, dezembro 2016.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar.** Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do povo negro brasileiro: processos de um racismo mascarado.** 3ed. – São Paulo: Perspectivas, 2016.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ha/v20n42/15.pdf>> Acesso em: 05/08/2020.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; CARDOSO, Rosiane Mendes. O sistema Mina-Ferrovia-Porto e as lutas territoriais no Maranhão. ZHOURI, Andréa; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna. **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Annablume, 2016. P. 181-201.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; CARDOSO, Rosiane Mendes. O sistema Mina-Ferrovia-Porto e as lutas territoriais no Maranhão. ZHOURI, Andréa; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna. **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Annablume, 2016. P. 181-201.

SANTOS, Dayanne da Silva. **NÃO SE PODE ENTRAR EM TERRA DE ENCANTADO SEM PERMISSÃO**: um estudo sobre a relação entre pessoas e encantados na luta pelo território quilombola Santa Rosa dos Pretos (Itapecuru-Mirim/MA). São Luís/MA, UFMA, 2019 Dissertação do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da UFMA.

SILVA, Sislene Costa da. **“POR TODOS OS QUILOMBOS DO MUNDO”**: TRAJETÓRIA DE LUTA DE UMA QUILOMBOLA NO MARANHÃO. Monografia apresentada, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Estudos LatinoAmericanos, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. 2018.

SILVA, Anacleto Pires da. **Resistência e trajetória de luta pela regularização fundiária do território quilombola santa rosa dos pretos**. São Luís/MA, UFMA, 2017. Monografia de Graduação do curso de licenciatura em pedagogia da terra pelo organizado pelo PRONERA.

SILVA, Josicléa Pires da (Zica Pires). **A RIQUEZA E A POBREZA AO LONGO DO CORREDOR CARAJÁS**: os impactos dos projetos de mineração nos territórios quilombola Santa Rosa dos Pretos e *Monge-Belo*. São Luís/MA, UFMA, 2017. Monografia de Graduação do curso de licenciatura em pedagogia da terra pelo organizado pelo PRONERA.

ZINE. **O mundo preto tem Mais vida**. 2018. Fundação Rosa Luxemburgo e fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ).

Entrevistas/documentário:

SEGATO, Rita. A verdadeira liberdade está na incerteza, entrevista . **Blog, Pensar o tempo**. 15/05/2020. Disponível em: < <https://bazardotempo.com.br/a-verdadeira-liberdade-esta-na-incerteza-entrevista-com-rita-segato/> > Acesso em: 09/09/2020.



Universidade Federal do Maranhão – UFMA
Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros
KWANISSA – Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros

O MUNDO PRETO TEM MAIS VIDA. 2018. Fundação Rosa Luxemburgo e fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ). Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=zc4Ok8h3aEc> > Acesso em: 09/09/2020.

PELEJA DO POVO CONTRA O DRAGÃO DE FERRO - Seminário Internacional Carajás 30 anos. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=o-bZvgk50NI> > Acesso em: 09/09/2020.